



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

-----Aos dezassete dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão extraordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa** José Manuel Martins Ribeiro, **Primeiro Secretário** António Jorge Macedo Pimentel, **Segundo Secretário** Maria Mercedes Mendez Y Pardo. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Mesa, foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e vinte minutos.-----

-----De seguida, pelo Presidente da Mesa, foram anunciados os pedidos de substituição, do Presidente da Junta de Freguesia de Medelo, pelo Tesoureiro da Junta, João António Magalhães Gomes e dos seguintes membros: Maria Manuel de Freitas Gonçalves, eleita pela Lista “Unidos a Fafe”-PSD/CDS-PP; Vera Alexandra Mendes Soares, eleita pela Lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” e Artur Filipe Brandão Campos Aguiar, eleito pela lista do Partido Socialista.-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e seis membros.-

-----Passou-se , de imediato, para a Ordem de Trabalhos:-----

-----**Ponto Único** – Apreciação e votação da proposta da Câmara de futuro Modelo de Gestão do Sistema de Distribuição em Baixa de Água do Município de Fafe.-----

----- Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por fazer o enquadramento do assunto dizendo que foram consideradas todas as hipóteses. Referiu que houvessem, no entanto, alguns critérios para que a decisão fosse tomada em relação a uma solução em detrimento de outra. Um dos critérios era que, a qualidade do serviço prestado, em sentido lato, fosse mantida ou melhorada e que a Câmara pudesse controlar. Outro critério era manter ou baixar as tarifas. Referiu que haviam quatro hipóteses, a primeira prolongar o prazo da atual concessão por mais cinco anos, não havendo grande vantagem, senão adiar a decisão; a segunda seria integrar a parceria das Águas do Norte que teria vantagens e desvantagens, por um lado, fortalecia a empresa pública, por outro lado, Fafe perderia autonomia e capacidade de decisão; a terceira hipótese ou solução, referiu que seria fazer novo concurso público internacional para nova concessão que também teria vantagens,



nomeadamente, de negociação de tarifas no início do contrato e a vantagem de entregar a empresas especializadas na área, as desvantagens seriam, entre outras, a impossibilidade de negociar as tarifas ao longo da concessão. Por último, referiu que a quarta hipótese seria a municipalização do serviço e que existiam duas possibilidades, por um lado, criar o Serviço Municipal de Água, como já existiu, e que tinha a vantagem da Câmara controlar totalmente mas que existiam algumas desvantagens ou entraves, nomeadamente, no funcionamento quer a nível dos contratos públicos quer a nível da operacionalidade. A outra possibilidade seria, conforme referiu, a criação de uma Empresa Municipal que permitia à Câmara manter o controlo total, dado tratar-se de uma empresa com 100% do capital municipal e que permitia, ainda, ser gerida como qualquer outra empresa com as vantagens que advêm desse facto. Referiu que a decisão tomada pelo executivo, por unanimidade, foi criar a Empresa Municipal conforme a proposta enviada à Assembleia Municipal para decidir. Finalizou a sua intervenção deixando a nota de que os trabalhadores estarão protegidos em qualquer um dos modelos que venha a ser aprovado.-----

-----Usou da palavra **Francisco José Gonçalves Pinto, eleito pela lista “Unidos a Fafe” - PSD/CDS-PP** começando por referir que tinha chegado, finalmente, o dia de decidirem algo muito importante e que iriam votar por unanimidade ou, na pior das hipóteses, por maioria para a criação de uma empresa municipal e que, com esta decisão, ficam a ganhar todos Fafenses. Referiu que de acordo com o estudo efetuado, e conhecido por todos, a redução das tarifas será, aproximadamente, de 14,75% em relação ao atual preçário e uma previsão de lucros superior a quinhentos e cinquenta milhões de euros anuais. Referiu, ainda, que não é fácil colocar uma empresa em funcionamento, e que já não há muito tempo para o efeito. Deixou claro que, apesar de esperava que tudo corresse bem, o PSD responsabilizaria o Presidente da Câmara por não discutir o assunto mais cedo, conforme já tinha alertado, muitas vezes, nas suas interpelações ao Presidente da Câmara sobre o assunto. Falou, ainda, sobre o modelo de gestão, e referiu que o mesmo terá de ter alguns critérios. Referiu que o PSD é contra a tarifa social dado que a Câmara já presta esse apoio social em outros programas, pelo contrário, para as famílias numerosas entende que já deve existir desconto na tarifa. Enalteceu o serviço prestado pela Indáqua, nomeadamente, na



qualidade da água, nas perdas e nas ligações clandestinas. Quanto aos funcionários chamou atenção para a sua integração na empresa sem prejuízo para os mesmos. E, quanto aos novos funcionários a contratar apelou ao Presidente da Câmara para não transformar a nova empresa numa “Nova Naturfafé”.

-----Foi dada a palavra a **Pedro Nuno Bastos Freitas, do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”**, que começou por dizer que o Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” concordava com a solução apresentada pelo executivo deixando algumas considerações sobre esta decisão. E, começou, referindo que o Grupo que representava sempre esteve contra o prolongamento do contrato da concessão com a Indáqua. Referiu que haviam duas premissas nesta discussão que era a baixa dos preços e a qualidade do serviço prestado. Referiu, ainda, que a gestão pública dos recursos pode ser tão boa ou melhor que a privada, com quadros experientes na gestão e conhecimento na área, embora considerasse que não correu tudo mal com a Indáqua, dando como exemplo as perdas de água que, em Fafe, são de 14% enquanto no Município de Guimarães, gerido por uma empresa municipal são de 40%. Por fim, aproveitou esta oportunidade para insistir com o executivo para negociar as taxas de saneamento, face aos valores elevados das mesmas.

-----De seguida usou da palavra **Manuel Armando Salgado dos Santos, eleito pelo Partido Socialista** para dizer que foi o PS que fez o aproveitamento da água da Barragem de Queimadela como reserva e, que as perdas também são da responsabilidade da Câmara e não da Indáqua. Congratulou-se pelo PSD ter mudado de ideias e agora ser a favor da criação da Empresa Municipal. Por fim, chamou atenção para a situação dos sistemas tratamento e de abastecimento de água e depósitos desativados existentes nas freguesias.

-----Pedi, novamente, a palavra **Francisco José Gonçalves Pinto, eleito pela lista “Unidos a Fafe” - PSD/CDS-PP** para, em resposta à intervenção anterior, lembrar que o PSD em 1995 votou contra a concessão e votaria, novamente, contra a renovação com a Indáqua. E, sobre as perdas, referiu que são efetuadas pela Indáqua e não pela Câmara.

-----Como mais ninguém quis intervir foi a proposta colocada à votação e foi **aprovada por unanimidade.**



-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e uma horas e cinquenta trinta minutos-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro, de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

João Almeida
Aparecido José Manuel Rimentel
Vice-Presidente da Mesa